



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

EDITAL – CARTA CONVITE Nº 01/2019 TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE TOROPI, setor de Compras e Licitações, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 082-17/2020 publicada, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, **SR. LAURO SCHERER** exarada em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de licitação, no dia 02 Setembro de 2019, às 14 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Toropi, na modalidade **CARTA CONVITE**, nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos, sendo a presente licitação em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

1.2. O recebimento dos envelopes "1", contendo a documentação de Habilitação e Envelopes "2", contendo a Proposta de preço, dar-se-á até às 14 horas, do dia 02 de Setembro de 2019, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Toropi no seguinte endereço sito a Rua Fernando Ferrari 235, Centro de Toropi/RS.

2. OBJETO

2.1. Empreitada global para construção de rede elétrica no parque de eventos situado no CTG Querência de Toropi.

3. AQUISIÇÃO DO EDITAL

3.1. O presente edital, encontram-se à disposição para verificação por parte dos interessados na Prefeitura Municipal de Toropi, e no site da Prefeitura Municipal de www.toropi.rs.gov.br

4.1. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.

4.1. Poderão participar da presente licitação os interessados devidamente inscritos no Cadastro de Licitantes da Prefeitura Municipal de Toropi ou de outro órgão ou entidade da administração Pública, com certificado fornecido pela administração pública, válido na data da abertura da presente licitação e os não cadastrados, nos termos dos parágrafos 2º e 9º do art. 22 da Lei 8.666/93 e nas condições previstas neste edital.

4.2. Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93. 4.3 - Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES "1" E "2"

5.1. Os Envelopes "1" e "2", contendo respectivamente a documentação referente à habilitação e proposta de preço, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados, ficando sugerido a conter e m sua face os seguintes dizeres:

AO MUNICÍPIO DE TOROPI

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 01/2019

ENVELOPE "1" DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO PROPONENTE: (nome da empresa)

AO MUNICÍPIO DE TOROPI

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 01/2019

ENVELOPE "2" - PROPOSTA DE PREÇO PROPONENTE: (nome da empresa)

5.2. Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma procuração, a qual deverá ser entregue à Comissão de Licitação na Prefeitura Municipal de Toropi na mesma data da abertura dos envelopes.

6. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1. Para efeito de cadastramento, os interessados não cadastrados deverão cadastrar-se nesta Prefeitura, até 3 (três) dias úteis anteriores a data da abertura dos envelopes.

6.2. Os ainda não cadastrados deverão apresentar os seguintes documentos: Habilitação Jurídica:

6.2.1. Cédula de Identidade do Titular, Sócios ou Diretores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

- 6.2.2. Registro Comercial no caso de Empresa Individual;
- 6.2.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;
- 6.3. Regularidade Fiscal:
 - 6.3.1. Cartão de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ);
 - 6.3.2. Alvará Municipal
 - 6.3.3. Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Federal;
 - 6.3.4. Certidão negativa de débitos Estadual;
 - 6.3.6. Certidão negativa de débitos Municipal do domicílio ou da sede do solicitante;
 - 6.3.7. Certidão Negativa de Débitos relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (INSS).
 - 6.3.8. Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
 - 6.3.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - 6.3.10. Certidão Negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, emitida no máximo de 60 dias anteriores ao prazo de abertura da licitação;
- 6.4. Qualificação técnica:
 - 6.4.1. Certidão do CREA, dentro de seu prazo de validade do profissional responsável habilitado para o objeto desta licitação.
 - 6.4.2. Comprovação de que o responsável técnico faz parte do quadro permanente da empresa licitante, na condição de empregado, diretor ou sócio ou que possua contrato de prestação de serviços pelo Direito Civil, na data da apresentação dos envelopes de habilitação e proposta.
 - 6.4.3. As empresas que pretenderem se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

7. PROPOSTA DE PREÇO

- 7.1. A proposta de preço – Envelope "2" – devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos e conter:
- 7.2. Orçamento discriminado em preços unitários praticados atualmente, bem como os totais de cada item, de acordo com o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários anexo ao presente edital;
- 7.3. Preço global da obra, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como despesas com materiais, mão-de-obra, transportes, ferramentas, equipamentos, taxas de administração, lucros e quaisquer outras despesas incidentes sobre o serviço e a obra;
- 7.4. Cronograma físico-financeiro simétrico ao elaborado pelo Município;
- 7.5. Prazo de execução será de 90 (Noventa) dias, de acordo com o cronograma físico-financeiro.
- 7.6. Prazo de validade da proposta de dias, que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

8. PROCEDIMENTO

- 8.1. Serão abertos os envelopes "1", contendo a documentação relativa à habilitação dos proponentes e procedidas a sua apreciação.
- 8.2. Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 6.3 deste edital.
- 8.3. Os envelopes "2", contendo a proposta de preço, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.
- 8.4. Serão abertos os envelopes "2", contendo a proposta de preço dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.
- 8.5. Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no item 7 deste edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.
- 8.6. Julgamento e classificação das propostas de acordo com o estabelecido no item 9 deste edital.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

9.1. Dentre as propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificadas as propostas pela ordem crescente dos preços apresentados, considerando-se vencedor o proponente que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL, respeitado o critério de aceitabilidade dos preços, fixado no item 10 deste edital.

9.2. Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os proponentes serão convocados.

9.3. Será desclassificada a proposta de preço que:

9.3.1. Deixar de cotar qualquer dos itens da obra;

9.3.2. Alterar quantidade constante na planilha;

9.3.3. Cotar valor global manifestamente inexequível.

9.4. Para fins de julgamento, o preço proposto por Cooperativas de Trabalho será acrescido de 15% (quinze por cento) a título de contribuição do INSS.

10. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

10.1. Serão desclassificadas as propostas que não obedecerem as condições estabelecidas no Edital de carta convite.

11. PRAZOS

11.1. O prazo máximo para a execução e entrega do objeto da presente licitação é de 90 (Noventa) dias, e será contado a partir da data da ordem de execução que será emitida pelo Prefeito Municipal.

11.2. Após a ordem de execução se a proponente vencedora não der início aos trabalhos (execução da obra) o contrato poderá ser rescindido imediatamente pela contratante consoante os artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

11.3. Os prazos de que tratam o item 11.1 poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

12. RECURSOS

12.1. Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

13. DA ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. O contratado fica ciente de que deverá comparecer nas dependências da Prefeitura Municipal de Toropi, sito a Rua Fernando Ferrari nº 235, no prazo de 72 horas após a homologação do processo licitatório, para assinar o contrato administrativo, sob pena de decaimento de seu direito, bem como aplicação de multa pelo descumprimento, conforme sanções administrativas elencadas neste edital e no art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

13.2. O MUNICÍPIO DE TOROPI poderá quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

13.3. O proponente que não comparecer para assinar o contrato no prazo estipulado no item 13.1 poderá perder seu direito de contratar com o ente público promotor desta licitação, bem como aplicação de multa de 10% sobre o valor do objeto do contrato e suspensão temporária de participar de licitações pelo prazo de 2 (dois) anos;

14. DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

14.1. Para reforço da eficácia jurídica desse direito, e também para deixar expressa a existência de limitações que podem ser consideradas legítimas, bem como para ressaltar que o exercício desse direito implica deveres e responsabilidades em ambas as partes.

15. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

15.1. Atestar nas notas fiscais a efetiva prestação de serviços do objeto desta licitação.

15.1.1. Prestar à Licitante toda e qualquer informação, por esta solicitada.

15.1.2. Notificar, por escrito, à empresa vencedora da aplicação de qualquer tipo de sanção.

15.1.3. Efetuar o pagamento à empresa vencedora no prazo avançado, após a entrega da nota fiscal no setor competente.

15.1.4. Efetuar a fiscalização do fiel cumprimento dos serviços contratados.

15.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

15.2.1. Prestar a execução dos serviços na forma ajustada;

15.2.2. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

- 15.2.3. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as Obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 15.2.4. Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovam estar cumprindo a legislação em vigor quanto as obrigações assumidas na licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- 15.2.5. Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais de proteção;
- 15.2.6. Manter o responsável técnico pela obra presente para acompanhamento da mesma.
- 15.2.7. A empresa vencedora do certame ficará responsável por todos os danos civis tanto materiais como corporais causados a terceiros ou seus fornecedores.
- 15.2.8. A empresa vencedora será responsável por todo o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários para a execução do objeto.
- 15.2.9. A empresa vencedora deverá disponibilizar de todo e qualquer maquinário e demais equipamentos necessários para a execução do objeto.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

16.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município de Toropi poderá garantir a prévia defesa, aplicar a contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; das quais se destacam:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 08 (oito) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

16.1.3. Multa de 5 % (cinco por cento) do valor total do objeto, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

16.1.4. Multa de 10 % (dez por cento) do valor total do objeto, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos);

16.2. As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

16.2.1. Em caso de serem aplicadas as sanções previstas nas letras “16.1.2” ”16.1.3” ou ”16.1.4.” ficam desde já cientes as empresas que o valor da multa será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, após notificação e prazo de recurso ou ainda quando for judicialmente de acordo com o Art. 86. 1.

17. CRITÉRIO DE REAJUSTE

17.1. O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação poderá ser reajustado em acréscimo ou supressão em até 25%.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. O representante do Município de Toropi, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato verificará o exato cumprimento das obrigações do contrato, quanto à quantidade, qualidade e ao prazo previsto para a execução. Medida e atestada a execução dos serviços, a contratada entregará a correspondente fatura na Secretaria da Fazenda junto a Prefeitura Municipal de Toropi.

18.2. O pagamento será efetuado em até 10 dias após a conclusão das obras, de acordo com o cronograma físico financeiro e laudo de vistoria realizado pelo fiscal da obra SR: Rodrigo Paim Lopes Engenheiro Civil-CREA:201612 da prefeitura e da apresentação da nota fiscal do referido serviço.

18.3. A empresa deverá informar a conta bancária para depósito no Banco Banrisul ou no Bansicredi, ou ainda emitir boleto no valor da nota fiscal.

18.4. O pagamento decorrente da execução do objeto da presente licitação será por conta dos recursos da dotação orçamentária conforme segue:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.125.4490.51	1	419/2019	Manter o serviço de Iluminação Pública

19. SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não é permitida a subcontratação total ou parcial para a execução do contrato, como também cessão de direito ou incorporação com terceiro diverso do certame.

20. RECEBIMENTO DO OBJETO DE LICITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

20.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" e art. 76 da Lei nº 8.666/93.

20.2. Executado o objeto do contrato, a contratada responderá pela solidez e segurança da obra durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o disposto no art. 1.245 do Código Civil Brasileiro e Código do Consumidor.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e proponentes presentes.

22. ANEXOS DO EDITAL

22.1. Integram o presente edital, dele fazendo parte como transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, MODELO DE PROPOSTA;

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO IV – ENCARGOS SOCIAIS;

ANEXO V - BDI;

ANEXO VI – MEMORIAL DESCRITIVO;

ANEXO VII – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;

ANEXO VIII- MINUTA DO CONTRATO;

TOROPI, 21 DE AGOSTO DE 2019.

**LAURO SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL**



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA;

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	1,00	UN		SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	65.000,00	65000,00
Total						65.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

ANEXO I MODELO DE PROPOSTA;

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN		SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Total						

EMPRESA:

CNPJ:

ASS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011
E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

ANEXO II DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

Ref: Edital de Convite nº 01/2019

....., inscrito no CNPJ/MF nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(local),.....de.....de

Assinatura representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011
E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

ANEXO III DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À Prefeitura de Municipal de Toropi/RS

Convite nº 01/2019

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na Rua _____, nº _____, (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI), declara, sob as penas da Lei, que:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente: xxxxx, em xxx de xxxx de xxxxxx.

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal]

[Dados da Declarante: Razão Social e Carimbo do CNPJ]



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

ANEXO-IV ENCARGOS SOCIAIS

OBRA: Subestação com Medição Indireta em Baixa Tensão.			
LOCAL: Continuação da Rua Osvaldo Müller, s/nº ao lado do CTG			
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA (SEM DESONERAÇÃO)			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA (%)	MENSALISTA (%)
GRUPO A			
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
A	Total	36,80	36,80
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,94	Não incide
B2	Feriados	4,25	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,92	0,71
B4	13º Salário	10,81	8,33
B5	Licença Paternidade	0,07	0,06
B6	Faltas Justificadas	0,72	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,53	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11	0,09
B9	Férias Gozadas	8,11	6,25
B10	Salário Maternidade	0,03	0,02
B	Total	44,49	16,02
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,72	3,64
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11	0,09
C3	Férias Indenizadas	4,77	3,67
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	4,58	3,53
C5	Indenização Adicional	0,40	0,31
C	Total	14,58	11,24
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	16,37	5,90
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,42	0,32
D	Total	16,79	6,22
TOTAL(A+B+C+D)		112,66	70,28
Toropi, julho de 2019.			
Rodrigo Paim Lopes			
Engº Civil – CREA/RS 201612			
Setor de Engenharia da P.M.T.			

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

ANEXO-V

BDI

OBRA: Subestação com Medição Indireta em Baixa Tensão.

LOCAL: Continuação da Rua Osvaldo Müller, s/nº ao lado do CTG

COMPOSIÇÃO DO BDI		
Item	Descrição	Taxa
1	Administração Central	4,67%
2	Seguros e Garantias	0,74%
3	Riscos	0,97%
4	Despesa Financeira	1,21%
5	Lucro	8,65%
6	Tributos	5,65%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)		23,20%

Toropi, julho de 2019

Rodrigo Paim Lopes
Engº Civil – CREA/RS 201612
Setor de Engenharia da P.M.T.

OBRA: Subestação com Medição Indireta em Baixa Tensão.

DATA : Julho de 2019.

LOCAL: Continuação da Rua Osvaldo Müller, s/nº ao lado do CTG

ORÇAMENTO QUANTITATIVO

BDI = 23,20%

Item	Discriminação dos Serviços	Quant.	Unidade	Preço R\$		
				Material	Mão-de-obra	Total
1.	PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM					
1.1	Execução de uma nova subestação com transformador instalado em poste e medição indireta em baixa tensão, conforme Projeto (Pranchas Gráficas e Memorial Descritivo).	1,00	Unid.	R\$ 53.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 65.000,00
TOTAL				R\$ 65.000,00		

Rodrigo Paim Lopes

Engº Civil – CREA RS 201612

Setor de Engenharia da P.M.T.

Lauro Scherer

Prefeito Municipal

Toropi - RS



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

ANEXO-VI MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO

1 – OBJETIVO DA OBRA

Esta obra tem por objetivo a construção de uma nova subestação com transformador instalado em poste e medição indireta em baixa tensão, cuja atividade destinada a uma pista de rodeios, tendo como interessado o Município de Toropi, CNPJ: 01.539.271/0001-82

2 – LOCALIZAÇÃO

A obra terá características urbana, e será construída na Rua Osvaldo Muller, s/nº na cidade de Toropi / RS.

3 – TOMADA DE ENERGIA

3.1 – Tomada de Energia

A tomada de energia será feita na rede existente da RGE, em Média Tensão através da estrutura primária do tipo “CE3”, com tensão nominal de operação de 23,8kV. Classe de isolamento da rede de média tensão 25kV. A tomada de energia está sendo **sugerida no poste 08.**

4 – CARACTERISTICA DA REDE MT

4.1-Rede de Média Tensão Existente

A rede existente de média tensão é composta por cabo de alumínio, nas configurações 3A02. As estruturas primárias possuem isolador tipo corrugado, classe 25kV e isolador suspensão polimérico classe 25kV.

5 – CÁLCULO DE DEMANDA

O cálculo de demanda detalhado está em anexo ao projeto no arquivo denominado “cálculo de demanda detalhado”.

6 – TRANSFORMADOR

Será instalado um transformador trifásico em poste de concreto com altura de 12 metros tipo tronco cônico com carga nominal de 600daN, com potência nominal de 112,5kVA, classe de isolamento 25kV, frequência de operação de 60Hz, impedância de 4,5%, tensão primária 23,1kV e secundária de 380/220V, conforme especificado na planta.

Os cabos isolados de baixa tensão serão de 1 x 70,0mm² para os condutores fase e 1 x 70,0mm² para o condutor neutro, ambos do tipo XLPE 0,6/1kV- Classe de encordoamento II, que serão instalados por um eletroduto de 4” até o disjuntor de 175A-380V.

7 - CÁLCULO DA CORRENTE DE CURTO-CIRCUITO (*Método simplificado*)

O nível de curto circuito na Baixa Tensão considerando um transformador de 112,5kVA, tendo em vista a impedância e considerando a barra de Média Tensão infinita.

Simbologia:

In= Corrente nominal do transformador

Icc= Corrente de curto-circuito

Z%= Impedância do transformador

$I_{cc} = I_n \times 100$

Z%

$I_{cc} = 0,17 \times 100$

4,5%

$I_{cc} = 3777 = 3,77kA$

Será utilizado um disjuntor de 175A-380V-25kA.

8 –EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E MANOBRA

A proteção do transformador contra sobre-tensão será feita através de pára-raios polimérico 24kV – 10kA equipados com disparador automático, tipo detonador ou equivalente, e com sistema de neutro aterrado.

A proteção do transformador contra sobre correntes será feita através de chaves fusíveis tipo Base ‘C’ – 300A – 25kV, equipadas com elos 05H, instaladas no ponto de entrega **AJG**



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

9 – MEDIÇÃO EM MURETA DE ALVENÁRIA

A mureta de alvenaria da medição será construída em tijolo maciço, com largura de 40cm, a altura da mesma será 2,10 x 2,20m, rebocada e pintada na cor branca.

Não está sendo previsto a instalação de sistema de combate a incêndios na subestação projetada.

A medição será do tipo indireta em baixa tensão, abrigada no interior da caixa de medição conforme o detalhe especificado na planta. Será utilizado transformador de corrente com a relação 150/5A.

10 – ATERRAMENTO

Os pára-raios com seus respectivos barramentos, a carcaça e neutro do transformador bem como todas as partes metálicas da subestação serão conectadas a terra com condutor de cobre nu 25mm², o aterramento será executado com nove hastes de aço cobreado 16x2400mm e as descidas do cabo a terra serão protegidas por eletrodutos plásticos flexíveis de bitola 3/8” e todas as conexões serão feitas com cartucho de conexão exotérmica.

A resistência do aterramento deverá ser de no máximo 10 ohms em qualquer época do ano.

Os condutores de descida devem ser contínuos, sem emendas e interligados aos dois anéis da malha de terra. À configuração básica poderão ser acrescentados de 1 a 8 módulos adicionais, nas dimensões padronizadas no desenho 19. Detalhes vide item 9 do GED-2855.

A resistência máxima de terra permissível é de 10 Ohms em terreno úmido e de 25 Ohms em terreno seco, devendo ser usado para tanto, o número de hastes e as profundidades que forem necessárias, observando-se que a malha de aterramento deve ser composta de no mínimo 3 hastes. A distância entre hastes deve ser no mínimo igual ao seu comprimento.

As interligações entre as hastes (malha), devem ser efetuadas através de cabo de cobre nu com seção mínima de 50mm², ao no mínimo 60cm de profundidade.

Vide desenhos 20, 21 e 22 do GED 2861.

11 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

O levantamento básico para posterior traçado foi feito no local observando as condições do terreno para posterior traçado definitivo da rede.

Os materiais a serem empregados na execução do presente projeto deverão ser de primeira qualidade, conforme o Padrão de Materiais da RGE e seguindo as especificações e normas da ABNT que rege cada material.

Os serviços deverão ser executados de acordo com o projeto, seguindo especificações do Padrão de Estrutura e Normas da RGE-SUL, com técnica e acabamento esmerado.

O tipo de solo predominante no projeto é ‘A’, e todas as áreas possuem fácil acesso a equipamentos (veículos).

A instalação do posto de transformação deverá seguir normas técnicas vigentes dessa empresa GED 4732 / 2855 / 2856 / 2858 / 2859 / 2861 versão 1.5 e demais nela contidas.

Toropi, março de 2019

Eng° Antônio Rodrigo Juswiaki Dos Santos.
CREA/RS – 134651

Município de Toropi
CNPJ: 01.539.271/0001-82



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

ANEXO- VII ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SERVIÇO: Construção de Rede Elétrica – Projeto RGE Sul 373371774

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Toropi

LOCAL: CTG Querência de Toropi – Toropi - RS.

OBJETIVOS

1.1. Definir os trabalhos de construção de uma nova subestação instalada em poste <(P09) – Prancha 01/04>, instalação de medição indireta em baixa tensão (Prancha 02/04) e pequeno trecho da rede em baixa tensão na parte interna do CTG <pontos (P01), (P44) e (P13) – Prancha 03/04> do Projeto e conforme Carta de Aprovação da RGE;

1.1. Melhorar o nível de tensão e assegurar confiabilidade para a realização dos eventos no CTG.

GENERALIDADES

3.1. O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias após a liberação da execução pela concessionária de energia RGE;

3.2. Forma de pagamento: à vista quando concluída a Obra.

3.3. Impostos: Inclusos na Proposta;

3.4. A prefeitura municipal se reserva o direito de contratar a quantidade de serviço de acordo com sua necessidade.

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Instalações elétricas:

Construção de rede de distribuição de energia elétrica conforme segue:

- Seguir a execução da obra de acordo com as descrições do Memorial Descritivo - projeto aprovado na RGE Sul – Atividade 373371774 e descrições abaixo;
- Instalação da estrutura +**EMCFus-2**, no ponto (P08) do projeto (Prancha 01/04);
- Instalação da estrutura +**12/6;CE3;ETRN-2;ET3H-N;TRT112,5-2;BC 10**, no ponto (P09) do projeto (Prancha 01/04), poste com transformador suspenso;
- Instalação da medição indireta em BT conforme projeto (Prancha 02/04);
- Instalação de rede em baixa tensão (BT), na parte interna, contemplando os pontos (P01), (P13) e (P44) do projeto (Prancha 03/04), com instalação dos respectivos condutores entre os pontos citados na configuração +**3P70(A70)** e os acessórios descritos no projeto para os pontos citados neste item.
- No ponto (P13), deverá ser substituído o poste de madeira existente no local, instalado o poste projetado e realizar as conexões entre a rede existente com a nova rede projetada bem como executar o aterramento projetado;
- Demais pontos projetados na Prancha 03/04, não fazem parte desta cotação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011
E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

ANEXO VIII– MINUTA DO CONTRATO;

CONTRATO/2019

O **MUNICÍPIO DE TOROPI**, pessoa jurídica de direito público, sito à Rua Fernando Ferrari 235, neste ato representada por seu prefeito, **SR. LAURO SCHERER**, brasileiro, casado, residente nesta cidade de Toropi RS, portador do CPF n.º 23153326053 a seguir denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, situado....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º....., neste ato representada pelo **SR.**....., C.I n.º....., CPF:....., a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Carta Convite de Preço Nr. 01/2019 pelos termos da proposta da Contratada datada dee pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Empreitada global para construção de rede elétrica no parque de eventos situado no CTG Querência de Toropi.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A execução do presente contrato dar-se-á sob a forma de execução, em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

CLÁUSULA TERCEIRA- VALOR

3.1. O valor contratual pela execução do objeto é de R\$....., (.....).

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 – O representante do Município de Toropi, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato verificará o exato cumprimento das obrigações do contrato, quanto à quantidade, qualidade e ao prazo previsto para a execução. Medida e atestada a execução dos serviços, a contratada entregará a correspondente fatura na Secretaria da Fazenda.

4.2 - Os pagamentos serão efetuados em até 10 dias após a conclusão das obras, de acordo com o cronograma físico – financeiro e laudo de vistoria realizado pelo fiscal da obra e apresentação de:

4.3. Nota fiscal;

4.4. A empresa deverá informar a conta bancária para depósito.

4.5. Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação, correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária conforme segue:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.125.4490.51	1	419/2019	Manter o serviço de Iluminação Pública

CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

5.1. O preço estabelecido no presente Contrato poderá sofrer acréscimo ou supressão em até 25%.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZOS

6.1. O prazo máximo para a execução e entrega do objeto da presente licitação é de 90 (Noventa) dias, e será contado a partir da data da ordem de execução que será emitida pelo Prefeito Municipal.

6.2. Após a ordem de execução se a proponente vencedora não der início aos trabalhos (execução da obra) o contrato poderá ser rescindido imediatamente pela contratante consoante os artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93.

6.3. Os prazos de que tratam o item poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, parágrafo 1º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA

7.1. Executado o objeto contratual, a **CONTRATADA** responderá pela solidez e segurança da obra, em conformidade com a garantia de 1 (um) ano.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

8.1. Para reforço da eficácia jurídica desse direito, e também para deixar expressa a existência de limitações que podem ser consideradas legítimas, bem como para ressaltar que o exercício desse direito implica deveres e responsabilidades em ambas as partes.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Atestar nas notas fiscais a efetiva prestação de serviços do objeto desta licitação.

9.1.1. Prestar à Licitante toda e qualquer informação, por esta solicitada.

9.1.2. Notificar, por escrito, à empresa vencedora da aplicação de qualquer tipo de sanção.

9.1.3. Efetuar o pagamento à empresa vencedora no prazo avançado, após a entrega da nota fiscal no setor competente.

9.1.4. Efetuar a fiscalização do fiel cumprimento dos serviços contratados.

9.2. Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

9.2.1. Prestar a execução dos serviços na forma ajustada;

9.2.2. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

9.2.3. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as Obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.4. Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovam estar cumprindo a legislação em vigor quanto as obrigações assumidas na licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.5. Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais de proteção;

9.2.6. Manter o responsável técnico pela obra presente para acompanhamento da mesma.

9.2.7. A empresa vencedora do certame ficará responsável por todos os danos civis tanto materiais como corporais causados a terceiros ou seus fornecedores.

9.2.8. A empresa vencedora será responsável por todo o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários para a execução do objeto.

9.2.9. A empresa vencedora deverá disponibilizar de todo e qualquer maquinário e demais equipamentos necessários para a execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município de Toropi poderá garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; das quais se destacam:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 08 (oito) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

10.1.3. Multa de 5 % (cinco por cento) do valor total do objeto, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

10.1.4. Multa de 10 % (dez por cento) do valor total do objeto, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos);

10.2. As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

10.2.1. Em caso de serem aplicadas as sanções previstas nas letras “10.1.2” “10.1.3” ou “10.1.4.” ficam desde já cientes as empresas que o valor da multa será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, após notificação e prazo de recurso ou ainda quando for judicialmente de acordo com o Art. 86. 1.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1 - O presente contrato pode ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

11.2 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

11.3 – Nenhuma indenização será devida ao contratado, em hipótese de rescisão unilateral por parte do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011

E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

12.1. O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VIGÊNCIA

13.1. O presente Contrato terá vigência de 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, Código Civil e Código do Consumidor e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Pedro do Sul para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

TOROPI, 22 DE AGOSTO DE 2019.

LAURO SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Egles Eloadir de Oliveira

Denize Scholz